

APMP conquista medida para recompor pagamento de diárias

Outro pedido da Associação também foi atendido e valor da PAE aumentou 10%

A partir de requerimento da APMP, a Procuradoria-Geral de Justiça revogou os atos normativos 535/08 e 648/10, medida que recompõe os valores pagos a título de diária, a menor, no período entre 2008 e 2013. A Associação requereu, também, a expedição de certidão com informações sobre pagamento de diárias. Outra vitória obtida a partir de reivindicação da APMP foi o reajuste no valor pago todo dia 10 a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), aplicado nos subsídios dos últimos dois anos (5% em cada ano, totalizando 10%). *Página 3*

PEC quer instituir valorização por tempo de serviço

A 17ª reunião da Conamp, em Brasília, tratou, entre diversos assuntos, do texto substitutivo para a PEC 63/2013, que quer instituir parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço na Magistratura e no Ministério Público, o ATS, esforço que vem sendo feito há meses. O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, esteve presente. *Página 3*



Foto: Rodrigo Cravo/APMP

Jantar para promotores de Justiça substitutos reúne mais de 400 pessoas

O jantar organizado pela APMP para os novos promotores de Justiça substitutos, aprovados no 90º Concurso de Ingresso ao

Ministério Público do Estado de São Paulo, reuniu mais de 400 pessoas em 31/01, no Buffett França, em Higienópolis. *Página 4*

Diretoria negocia e obtém reajuste zero para plano de saúde APMP-Lincx

A diretoria da APMP obteve uma grande vitória para os associados que possuem o plano de saúde Lincx: em 2014 não haverá aumento na mensalidade, mantendo-se o mesmo padrão de atendimento. Outra conquista da di-

retoria foi que, a partir de fevereiro, a cobertura médica internacional passou de US\$ 7 mil (sete mil dólares) para € 30 mil (trinta mil euros) – para qualquer país, exceto onde o serviço é prestado pela Lincx. *Página 5*

VITÓRIAS PARA A CLASSE E OS ASSOCIADOS

A diretoria da APMP tem a satisfação de trazer, neste boletim, um conjunto de boas notícias. Cumprindo sua função de defender os interesses dos promotores e procuradores de Justiça, da ativa e aposentados, nossa entidade de classe conquistou vitórias em dois requerimentos feitos à Procuradoria-Geral de Justiça. Primeiro, a partir de reivindicação da APMP, foi reajustado o valor pago todo dia 10 a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), aplicado nos subsídios dos últimos dois anos (5% em cada ano, totalizando 10%).

Logo em seguida, também por motivação de requerimento de nossa Associação, foram revogados os atos normativos 535/08 e 648/10, medida que garante a recomposição dos valores pagos a título de diária, a menor, entre 2008 e 2013. Ato contínuo, requeremos à PGJ a expedição de certidão com informações sobre pagamento de diárias e recomen-

damos aos colegas que receberam diárias a menor que solicitem junto à diretoria certidão sobre as designações, para facilitar, quando do trânsito em julgado, a execução do débito.

Em meio às comemorações por essas conquistas, nossos associados recebem a notícia de que a diretoria negociou e obteve reajuste zero para o plano de saúde APMP-Lincx, além de aumento da cobertura médica internacional para 30 mil euros. Isto tem um motivo: o trabalho sério e profissional na busca do melhor resultado. E assim continuará sendo. Abraço e boa leitura.

Felipe Locke Cavalcanti

Presidente da Associação Paulista do Ministério Público



NOTA DE REPÚDIO À REVISTA ÉPOCA

A APMP publicou uma nota de repúdio à matéria "Procurador-geral de SP: a eleição que preocupa", assinada pelo jornalista Alberto Bombig e publicada pela revista Época, com data de 21 de fevereiro de 2014. Segundo a nota, "É inadmissível que se levante suspeitas prévias, sem provas ou embasamento contundente, contra qualquer membro do Ministério Público que ocupe ou que venha a ocupar o cargo de PGJ".

INSINUAÇÕES SOBRE TRABALHO DO MP

A nota da APMP acrescentava ainda: "Ao insinuar que investigações contra o Executivo possam ser interrompidas por interesses políticos, a revista colocou em xeque a atuação e a honra de nossa Instituição, que tanto tem contribuído para a sociedade na apuração, investigação, punição e recuperação de recursos em casos de grande repercussão, contra políticos ou gestões das mais diversas matizes partidárias".

DEFESA DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL NO MP

O texto observou ainda que as acusações de práticas irregulares de políticos e de outros agentes do Poder Executivo ou de improbidade administrativa são investigadas por Promotorias específicas, sem qualquer ingerência do PGJ. "Essa autonomia respeita o princípio constitucional da Independência Funcional dos membros do Ministério Público, prerrogativa fundamental que a APMP defende e que deve ser preservada e fortalecida", ressaltou a nota.

CARTAS

"Fico honrado com o apoio espontâneo da Associação na defesa dos interesses do Ministério Público e da sociedade" - **Roberto Senise Lisboa, promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, sobre nota de apoio que recebeu da APMP contra declarações feitas sobre ele pelo diretor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Carlos Eugênio Lopes.**

"É com grande prazer que vemos o atual momento operoso da Associação. Ficamos encantados com a atenção que a diretoria tem dispensado aos interesses dos associados" - **Nelson Nery Junior, professor e procurador de Justiça aposentado, que visitou os diretores da**

APMP na Sede Executiva em companhia de sua esposa, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e ex-procuradora de Justiça.

"A APMP demonstrou todo o apoio para nós, que estamos começando agora na carreira. Isso é muito importante, porque no início é natural uma pequena sensação de insegurança. Os diretores se mostraram extremamente gentis e dispostos a ajudar no que for preciso" - **Leandro Rocha Pereira, promotor de Justiça substituto, da turma de aprovado no 90º Concurso de Ingresso ao Ministério Público de São Paulo.**



Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público
Ano I, Nº 9, Fevereiro de 2014

Produção: Departamento de Publicações / Assessoria de Imprensa
Jornalista Responsável: Marcos Palhares (MTb: CE 01144 JP)
Diretores do Departamento de Publicações: Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Valéria Maiolini
Encarregado do Departamento: Rodrigo Vicente de Oliveira
Assessoria de Imprensa: Marcos Palhares, Dora Estevam
Reportagem, textos e edição: Marcos Palhares
Diagramação: Marcelo Soares

Fotos: Enderson Vieira, Fábio Foja, Rodrigo Alencar, Rodrigo Cravo
Apoio: Luiz Vieira (Departamento de Informática)

APMP – GESTÃO 2013/ 2014

Presidente: Felipe Locke Cavalcanti
1º Vice-presidente: Marcio Sérgio Christino
2º Vice-presidente: Gabriel Bittencourt Perez
1º Secretário: Paulo Penteado Teixeira Junior
2º Secretária: Alexandre Mourão Trieri
1º Tesoureiro: Marcelo Rovere
2º Tesoureiro: Francisco Antonio Gnipper Cirillo
Diretora de Aposentados: Cyrdemia da Gama Botto

Diretora de Patrimônio: Fabíola Moran Faloppa
Diretor de Relações Públicas: Paula Castanheira Lamenza
Diretor de Prerrogativas: Saad Mazloum
Conselho Fiscal: Antonio Bandeira Neto, Enilson David Komono e Luiz Marcelo Negrini de Oliveira Mattos (titulares); José Márcio Rossetto Leite, Pedro Eduardo de Camargo Elias e Rogério Sanches Cunha (suplentes).

Associação Paulista do Ministério Público
Rua Riachuelo, nº 115, 11º andar - Centro
São Paulo (SP) - CEP 01007-904.
Telefone: (11) 3188-6464
www.apmp.com.br

PGJ atende APMP e revoga atos que limitavam pagamento de diárias

Logo em seguida, a Associação já requereu o cálculo e pagamento dos valores devidos

Nova vitória dos membros do Ministério Público: o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou em 13/02 o Ato Normativo 810/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) que revoga os atos normativos 535/08 e 648/10 e recompõe os valores pagos a título de diária, a menor, no período entre 2008 e 2013. A decisão atende requerimento da APMP protocolado na PGJ em 28/01/2014. Antes disso, a entidade de classe já havia obtido vitória judicial, em primeiro grau, na ação coletiva proposta contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo para a recomposição dos valores das diárias devidos aos promotores e procuradores de Justiça.

Logo em seguida a revogação dos dois atos, a APMP requereu à PGJ, em 17/02, o cálculo e pagamento dos atrasados das diárias. O pedido anexou o Pro-

vimento 2.047/2013 que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) editou, por seu Conselho Superior da Magistratura, para revogar as disposições contrárias que culminaram em restrição das diárias dos magistrados, determinando o pagamento do que era devido. A APMP recomenda, desde já, que os colegas do Ministério Público que receberam diárias a menor solicitem junto à diretoria certidão relativa às designações, incluindo dias e locais fora da sede, bem como os valores percebidos, possibilitando, no futuro, quando do trânsito em julgado, a execução do débito.

A PGJ editara os atos 535/08 e 648/10 contrariando a base de cálculo estabelecida para a obtenção do valor das diárias nos artigos 184, § 2º, e 185 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo. Assim, foram julgadas

indevidas as restrições quanto ao limite do valor da diária, bem como no tocante à distância percorrida pelo membro da instituição na acumulação de cargos. **PEDIDO DE CERTIDÃO** – No dia anterior à revogação dos atos, 12/02, o presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, requereu ao procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, a expedição de certidão com informações sobre pagamento de diárias. O requerimento não têm o objetivo de levantar situação individualizada de colegas, mas sim o de fazer a constatação do passivo gerado pela edição dos Atos Normativos 535/08-PGJ e 648/10-PGJ, informação necessária para a salvaguarda de interesse dos associados, inclusive para auxílio na preparação da proposta orçamentária de 2015, posto que desde o ano passado a APMP já se prontificou a auxiliar a PGJ nisto.

Outro pedido é acatado e PAE é reajustada em 10%

Além da revogação dos atos que limitavam o pagamento das diárias, a APMP obteve outra conquista em fevereiro, dessa vez no valor pago todo dia 10 a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE). A partir do requerimento feito pela Associação em 16/01/2014, a PGJ atendeu o pedido e reajustou o valor, no montante equivalente ao aplicado nos subsídios dos últimos dois anos (5% em cada ano, totalizando 10%).

O aumento já foi praticado no pagamento feito em 10/02. Em seu requerimento à PGJ, a APMP argumentou que “nos últimos anos o poder aquisitivo dos membros do Ministério Público e da população brasileira, em geral, sofreu sensível decréscimo” e também que “grande parte dos membros da instituição possui créditos a receber decorrentes da PAE”.



O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, fala durante a reunião da Conamp em Brasília

PEC sobre valorização por tempo de serviço é debatida na Conamp

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) realizou em 18/02, em Brasília, sua 17ª reunião do Conselho Deliberativo. O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, esteve presente. Foram tratados assuntos diversos,

entre eles o texto substitutivo para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que institui parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço na Magistratura e no Ministério Público, o ATS, esforço que vem sendo feito há meses.

ENTREVISTA PARA JORNAL NORUEGUÊS

O jornalista Eskil Engdal, do periódico econômico norueguês *Dagens Naeringsliv* (Mundo Empresarial de Hoje), entrevistou em 10/02 o 1º vice-presidente da APMP, Marcio Sérgio Christino, sobre a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). A entrevista foi feita com auxílio do fotógrafo brasileiro André Liohn. Marcio Christino é considerado referência para falar sobre o assunto. Recentemente, foi entrevistado pelas emissoras internacionais BBC e Sky News.

ARTIGO DE ADVOGADOS DA APMP NA FOLHA

Dois advogados contratados para defender a APMP junto aos Tribunais Superiores e Conselhos Nacionais, Pierpaolo Cruz Bottini e Igor Tamasauskas, publicaram em 29/01, no jornal *Folha de S.Paulo*, o artigo "Impressões sobre a Lei Anticorrupção". Eles discorrem sobre a Lei nº 12.846/13, que entrou em vigor na mesma data. "Agora, as empresas também serão responsabilizadas por atos de corrupção e outros similares praticados em seu benefício", diz trecho do artigo.

HOMENAGEM NO LARGO SÃO FRANCISCO

A edição nº 9 do jornal *Folha Dobrada*, publicação da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, destacou a homenagem prestada em dezembro a Hélio Pereira Bicudo, Antônio de Arruda Sampaio e Marcelo Duarte de Oliveira. Como ex-aluno da faculdade, o presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, compareceu como convidado à solenidade, que concedeu aos três homenageados o título de Associado Benemérito. Antônio de Arruda Sampaio viria a falecer em janeiro.

NA INTERNET:

www.apmp.com.br



Facebook:
APMP - Associação Paulista do Ministério Público



Twitter:
@apmp_sp

Jantar da APMP para promotores substitutos reúne mais de 400 pessoas

Diretoria fez a recepção no Buffett França, em Higienópolis

O jantar organizado pela APMP para os novos promotores de Justiça substitutos, aprovados no 90º Concurso de Ingresso ao Ministério Público do Estado de São Paulo, reuniu mais de 400 pessoas em 31/01, no Buffett França, em Higienópolis. Os novos promotores e seus familiares foram recepcionados pelo presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, o 1º vice-presidente Marcio Sérgio Christino, o 2º vice-presidente Gabriel Bittencourt, o 1º secretário Paulo Penteado Teixeira Junior, o 2º secretário Alexandre Mourão Tieri, o 1º tesoureiro Marcelo Rovere, e as diretoras dos departamentos de Aposentados, Cyrdemia da Gama Botto, de Relações Públicas e de Eventos, Paula Castanheira Lamenza, e de Patrimônio, Fabiela Moran Faloppa.

O presidente da APMP saudou a todos e cumprimentou os novos promotores de Justiça substitutos. "Tenho certeza que todos os seus familiares podem se sentir orgulhosos, podem também fazer parte desta família que é o Ministério Público", afirmou Felipe Locke Cavalcanti. Também representaram a APMP os diretores de Apoio aos Substitutos, Norberto Joia, de Convênios e Turismo, Mariani Atchabahian, de Prerrogativas Financeiras, Daniel Leme de Aruda, de Segurança, Gabriel Cesar Zaccaria de Inellas, de Publicações, Valéria Maiolini, e do Departamento Médico,

Luiz Roberto Cicogna Faggioni, além do ouvidor da APMP, Paulo Juricic, dos suplentes do Conselho Fiscal José Márcio Rossetto Leite e Pedro Eduardo de Carmargo Elias, e do coordenador adjunto dos Grupos de Estudos (GEs), Thiago de Toledo Rodrigues.

Compareceram ainda os membros da Banca Examinadora do 90º Concurso, Eduardo Marcelo Mistrorigo de Freitas, Gilberto De Angelis, Rossini Lopes Jota, Silvana Buogo e Mauricio Pessoa, o procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, o subprocurador-geral de Justiça, Arnaldo Hossepian, o diretor-geral do Ministério Público, José Carlos Bonilha, o vice-corregedor-geral do Ministério Público, Paulo Sérgio Puerta dos Santos, o diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Marcelo Pedroso Goulart, o ex-procurador-geral de Justiça Luiz Antonio Guimarães Marrey, o ex-corregedor-geral Luiz Cesar Gama Pellegrini e o presidente do Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), Roberto Livianu. Representando o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), marcaram presença os conselheiros José Oswaldo Molinero, Márgino Alves Barbosa, Mário Luiz Sarrubbo, Paulo Sérgio Oliveira e Costa e Pedro de Jesus Juliotti. Pelo Órgão Especial do Conselho de Procuradores, Gianpaolo Poggio Smanio e Pedro Franco de Campos.



Promotores de Justiça substitutos, aprovados no 90º Concurso, durante o jantar organizado pela APMP

Foto: Rodrigo Cravo/APMP

APMP conquista reajuste zero para o plano de saúde Lincx em 2014

Diretoria também acertou aumento da cobertura médica internacional para 30 mil euros

Foto: Rodrigo Alencar/APMP



Faggioni: 'proteção do interesse dos associados'

A diretoria da APMP obteve uma grande vitória para os associados que possuem o plano de saúde Lincx: em 2014 não haverá aumento na mensalidade, mantendo-se o mesmo padrão de atendimento. Trata-se de expressivo resultado em favor dos beneficiários, obtido após “exaustiva negociação”, conforme o diretor do Departamento Médico da APMP, Luiz Roberto Cicogna Faggioni. Ele observa que, atualmente, não se registra, em qualquer outro plano de mesma qualidade no Brasil, aumento zero. Por esse motivo, a diretoria convida os associados que ainda não aderiram para que façam o plano APMP-Lincx, pela ótima condição financeira e o reconhecido serviço prestado pela operadora.

No ano passado, a APMP já havia conseguido vantagem para os asso-

ciados, ao negociar reajuste de apenas 6,5% no valor do plano, índice bem abaixo dos 7,3% definidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para todo o mercado nacional. Agora no início de 2014, outra conquista da diretoria foi que, a partir de fevereiro, a cobertura médica internacional passou de US\$ 7 mil (sete mil dólares) para € 30 mil (trinta mil euros) – para qualquer país, exceto onde o serviço é prestado pela Lincx.

A Associação agendou diversas reuniões com a diretoria da Lincx depois que, devido ao tratado de Schengen, alguns países da Europa passaram a exigir uma cobertura médica mínima de 30 mil euros. Agora, após conquistar o ajuste da cobertura da Lincx para este novo patamar, a APMP garante que seu associado não precisará mais pagar pela diferença - salvo se optar por cobertura superior ao exigido pelo tratado, o que deverá ser contratado junto ao Departamento de Turismo.

“Tanto a conquista do reajuste zero quanto o aumento da cobertura internacional são resultados de negociações árduas da APMP com a operadora, mas sempre pautadas pela proteção do interesse dos associados”, comentou o diretor Luiz Roberto Cicogna Faggioni.

A nova cobertura expandida para 30 mil euros contempla todos os associados inscritos no plano de saúde Lincx. No entanto, é necessário que, ao viajar para o exterior, o associado contate a empresa com antecedência mínima de 48 horas (pelo telefone 0800 721 1092), para informar o número do cartão (permitindo que possa ser localizado, se necessário), o período de viagem (que deve ser de até 60 dias), o destino e um email de contato (para que a apólice de cobertura seja emitida e enviada).

Mais informações podem ser obtidas no site da APMP - www.apmp.com.br - ou diretamente no Departamento Médico, pelo telefone (11) 3188-6545.

Com recomendação do MP, Anvisa aumenta lista de substâncias proibidas

Após investigações feitas pelos promotores de Justiça Cassio Roberto Conserino, Fernando Henrique de Moraes Araújo e Alexandre Mourão Tieri, este último 2º secretário da APMP, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou a alteração da lista de substâncias entorpecentes, com inclusão de drogas sintéticas que já eram, comercializadas no Brasil, mas que até então não eram listadas.

Pela relevância desse trabalho, levando em consideração a proximidade da Copa do Mundo de futebol no Brasil e de um possível aumento na entrada de substâncias ilícitas no país, os membros do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) aprovaram por unanimidade, na reunião de 25/02, um voto de louvor ao trabalho dos três promotores de Justiça.

A iniciativa do voto de louvor

partiu do conselheiro Pedro de Jesus Juliotti, que comentou: “A atuação dos três promotores de Justiça criminais neste caso de absoluta gravidade e interesse social somente reforça a importância do poder investigatório garantido pela Constituição Federal de 1988 ao Ministério Público, em complemento ao sério trabalho investigativo das polícias”.

O conselheiro observou ainda que o trabalho dos promotores de Justiça ainda não terminou. “Os membros do Ministério Público do Estado de São Paulo ainda têm em sua investigação outro objetivo: cobrar do governo de São Paulo a aquisição de padrões de confronto e referência destas novas drogas, para se permitir que os exames periciais possam ser realizados pelo Instituto de Criminalística com a metodologia científica necessária”, completou Juliotti.

Promotor de Justiça recebe homenagem dos amigos em Rio Preto

José Silvio Codogno, que se lesionou em torneio, foi surpreendido em evento organizado pela APMP

No dia 25/01, colegas do Ministério Público de São Paulo se reuniram para fazer uma surpresa ao promotor de Justiça José Silvio Codogno. Um grupo de 30 pessoas se dirigiu até São José do Rio Preto para fazer um churrasco, com partida de futebol, em homenagem ao colega, contundido ao defender a APMP no XII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, em novembro, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

O evento foi organizado pelos diretores de Esportes da APMP, Luciano Coutinho e Rafael Abujamra, que também integraram a comitiva.

Os colegas que fizeram a surpresa a Codogno partiram não só da capi-

tal, mas de diversas cidades do interior de São Paulo.

Durante a visita, o grupo foi até o Automóvel Clube de São José do Rio Preto, onde fez um treino de futebol (*foto acima*) e, depois, foi disputada uma par-

tida. Detalhe: quem deu o pontapé inicial no jogo foi o próprio Codogno. A seguir, houve um churrasco aberto aos associados da região. No dia seguinte, o grupo retornou à residência do homenageado e foi recebido com outro churrasco.



Foto: Rodrigo Cravo/APMP

Crianças e adolescentes reunidos no prédio do Ministério Público no dia da partida para São Roque

Acampamento agitou a Sede Campestre

Na semana de 18 a 25 de janeiro aconteceu o 30º Acampamento de Férias de Verão da APMP, na Sede Campestre, em São Roque, com apoio da Ativa Eventos. Participaram mais de 40 crianças e adoles-

centes, entre 6 e 14 anos. Elas aproveitaram as atividades ao ar livre e prática de diversas modalidades esportivas. No último dia do acampamento, foi acesa uma fogueira e houve queima de fogos.



Codogno (à esquerda) ganhou até faixa dos amigos